

O Legislativo e a Imprensa

Senador DANTON JOBIM

Talvez possamos atribuir minha escolha para falar aqui, neste momento, ao fato de ser eu o único Senador que saiu diretamente da imprensa para o Senado sem anterior militância partidária. Sempre fiz política de fora para dentro, por assim dizer, e somente agora a pratico de dentro para fora. Deixei de ser espectador para ser protagonista; abandonei a platéia pelo palco, não sou mais o crítico, mas o ator.

Jornalista político, julgava-me obrigado a manter, tanto quanto possível, eqüidistância entre grupos e tendências — o que sempre me aconselhou José Eduardo de Macedo Soares — guardando fidelidade apenas a um núcleo de princípios. Mas aprendi também, com o mestre inesquecível, como é difícil exercitar simultaneamente a política partidária e o jornalismo. Ele próprio, que jamais deixou de fazer ambas as coisas, queixava-se da servidão partidária e não raro a desafiava com sua pena indomável.



O Senador Danton Jobim, representante do Senado Federal, pronuncia conferência na ABI.

A observação e a experiência me ensinam que o *métier* de jornalista e o de político militante devem marchar paralelos. Nem podem afastar-se um do outro, nem podem estar separados. Para informar-se, o comentarista poderá guardar o melhor relacionamento com o mundo político, mas jamais se deixar empolgar por ele, ou nele radicar afinidades pessoais tão profundas que impeçam a isenção e a objetividade mínimas pressupostas em quem se ocupa na narração de fatos políticos e de interpretá-los. Esse paralelismo das duas funções salta aos olhos. Uma e outra podem aproximar-se, jamais poderão, entretanto, cruzar-se ou justapor-se.

O Parlamento é o fulcro da atividade política, mas, em sua feição moderna, não pode ser concebido sem a imprensa. Se, nos regimes de opinião, é ele a instituição que suscita e debate, na esfera do poder, as grandes questões de interesse público, é ela, no entanto, que constitui o foro que alarga e generaliza esse debate, motivando a ação parlamentar com suas opiniões e sugestões.

Sem o jornal e outros instrumentos de comunicação, que seria o Congresso senão um sino a que faltasse o badalo, agitando-se inutilmente no ar? Câmaras abertas e meios de comunicação aferrolhados compõem o quadro das farsas democráticas, das ditaduras camufladas que não ousam dizer o seu nome.

O Presidente do Conselho Administrativo da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, citava outro dia Laboulaye, num de seus artigos do **Jornal do Brasil**: "A liberdade de imprensa é a primeira das liberdades, pois que é ao mesmo tempo direito individual, direito social e a garantia suprema de todas as liberdades públicas e privadas." E, acrescenta o constitucionalista e político francês, "sem ela (a liberdade de imprensa), não haveria segurança para qualquer direito, pois é com ela que todos os demais direitos se consolidam".

Sem dúvida, todos os direitos da pessoa humana são solidários entre si, mas a liberdade de expressão não é apenas um direito; é ao mesmo tempo uma garantia, a garantia dos demais.

Sabidamente, os norte-americanos colocaram à testa de sua Constituição essa regra, até hoje inviolada: não se fará lei contra a liberdade de imprensa. Criaram os fundadores uma garantia contra os que viessem a conspirar contra o governo de opinião, baseado no consenso geral. Sabiam, em síntese, que só pode existir governo de opinião onde a imprensa livre tenha condições de existir e prosperar.

A opinião política se informa, e se forma, através do perpétuo diálogo entre as vozes parlamentares e as dos jornais. São estes que refletem as reações dos vários grupos da sociedade em incessante competição de idéias e de interesses.

Dal o grande respeito que as assembléias políticas devem ter pela atividade dos profissionais que junto a elas são credenciados pela im-

prensa. Na realidade, eles como que participam da atividade parlamentar. De certo modo, elas sempre os acataram. Não será uma prova disso a ficção da "bancada de imprensa"? Não sugere essa denominação a importância em que as Câmaras têm os cronistas do dia-a-dia parlamentar?

"Da Bancada da Imprensa", aliás, vale recordar, foi a rubrica mantida muitos anos a fio por esse fino jornalista-escritor do **Diário Carioca**, constitucionalista seguro e humanista, que hoje preside com bravura e autoridade a Casa do Jornalista: Prudente de Moraes, neto.

* * *

O Senado, Senhoras e Senhores, é uma Casa privilegiada: sempre contou com o que há de melhor em profissionais de imprensa designados para a cobertura de seus trabalhos. Chamam-no a Câmara Alta, como se a outra fosse a baixa, no regime implantado com a República. Há ficções, como essa, e realidades na conceituação que lhe emprestam entendidos e profanos.

Dizem, por exemplo, que somos a Casa dos Estados, enquanto a Casa da Nação é a outra Câmara. Ora, ambas as Casas são do povo, pois se constituem por eleições diretas e em circunscrições eleitorais idênticas, os Estados.

Afirmam que somos uma Câmara típica dos países organizados em federação. Mas há países unitários com duas Câmaras e até se criaram, na República Velha, Senados Estaduais.

Asseguram que o Senado é a Câmara revisora. Mas, como ele concorre com a outra Casa quanto à iniciativa de leis, esse papel revisor pode ser também exercido pela outra Casa.

Agora as realidades.

O Senado é, de seu natural, uma Câmara reflexiva e moderadora. Na verdade, é a Câmara dos mais velhos, descendente em linha reta do Conselho de Anciãos, das comunidades primitivas, ou o **Senatus**, dos Romanos, que lhe legou o nome.

Para se chegar ao Senado, há condições impeditivas para a grande maioria dos líderes políticos. Primeiro, idade mínima; segundo, escassez das vagas, pois a Casa é bem menor que a outra; terceiro, exigência de boa saúde para enfrentar uma campanha política, quase sempre pouco tranqüila na idade propecta, ou cardiológica, como a chamava o nosso saudoso Paulo Magalhães.

Chegou-se a comparar o Senado a um clube e não há dúvida que o é. O pequeno colégio de homens maduros e experientes gera, por virtude própria, uma atmosfera serena, de cordialíssimo convívio entre seus mem-

bros, por maiores que sejam as divergências. Trabalha-se com seriedade em Plenário e nas Comissões, mas há tempo para as efusões de amabilidade e de camaradagem entre uns e outros. O nível cultural desse clube, com as exceções de praxe, é bastante elevado. O de inteligência também, pois só por acaso atinge lugar tão cobiçado um homem sem qualquer talento ou sem a acuidade dos bons políticos. Ressalvado o meu caso, que é *sui generis*, como expliquei. Dispensando maiores explicações, a realidade é essa que acabo de descrever.

No Império, o ideal dos talentos promissores empenhados na vida pública era entrar na Câmara vitalícia, uma vez ultrapassado o cabo dos 40, que era a idade limite. Havia cadeiras senatórias bem mais numerosas que as de hoje. Mas os aspirantes que conseguiam ser apresentados pelos Partidos compravam um bilhete de *sweepstake*: tinham de ganhar duas vezes, na eleição, para garantir o nome na lista tríplice, e na simpatia do Imperador, que nem sempre escolhia o primeiro da lista.

Citarei apenas dois casos.

José de Alencar morreu sem ver a Canaan de seus sonhos, aos 48 anos. Mal chegado aos 40, membro do ministério, candidatou-se em vão contra a vontade de Pedro II, que argumentava estar ele ocupando a Pasta da Justiça e, em condições de superioridade, concorreria com outros de folha de serviços mais antigos.

Já o Visconde de Jequitinhonha teve mais sorte. Não tendo sido escolhido em duas listas tríplices, veio numa terceira. Vingou-se da suposta preterição de modo curioso. É Antônio Viana Filho (o Suetônio) quem nos conta o episódio: "Conversava Acaiaba de Montezuma com o Imperador, quando este lhe perguntou se era fatalista. Sem dúvida, respondeu, tenho motivo para o ser. E explicou: "Olhe, Senhor, a primeira vez que meu nome veio a Vossa Majestade para Senador, ao voltar do sertão da Bahia, onde fui pleitear a eleição, num sítio próximo à capital, o cavalo em que montava tropicou e eu caí. Vossa Majestade não me escolheu. Pela segunda vez deu-se o mesmo fato e Vossa Majestade ainda desta vez não escolheu meu nome. Pela terceira vez deram-se as mesmas ocorrências e Vossa Majestade me escolheu. Mas onde está a fatalidade? — perguntou-lhe o Imperador. É que Vossa Majestade havia de me escolher, quer quisesse, quer não."

"Era um remoque que o Visconde atirava ao Imperador, pois ele sabia que devia sua escolha para Senador ao Marquês do Paraná... que com muito esforço pôde conseguir essa nomeação."

Em sua famosa crônica "O Velho Senado", revivida pelos que falaram sobre os cento e cinquenta anos de existência ativa da instituição, Machado de Assis dá um quadro vivaz, com toques humanos e pitorescos, do que ela era no Segundo Reinado, quando sua imagem e seu papel já

se haviam sedimentado. E, em certa passagem, recorda o grande romancista sua vida de cronista parlamentar no Palácio do Conde dos Arcos.

Nesse tempo o jornalismo era feito por literatos, como ainda o era, aliás, à época do meu ingresso na profissão, lá se vai meio século. Jornal que se prezava, nos novecentos, era "literário e noticioso". E o escasso público que o lia reclamava dele que fosse "bem escrito", elogio que ouvi muitas vezes a respeito de certas folhas, como **O País**.

A imprensa ainda era predominantemente política e doutrinária. E livre, magnificamente livre, colunas abertas aos recém-chegados da Província com alguma bagagem literária e boas humanidades. Os melhores periódicos da Corte atraíam, naturalmente, os melhores nomes das letras.

Assim não é de estranhar que, em 1860, Quintino convidasse Machado para cobrir os debates do Senado pelo **Diário do Rio de Janeiro**, que Saldanha Marinho ia fazer ressuscitar com o competente concurso de César Muzzio.

Os "três grandes" da época, todos sabem, eram o **Jornal do Comércio**, o **Diário do Rio de Janeiro** e o **Correio Mercantil**. Bernardo Guimarães, o autor de **A Escrava Isaura**, representava o primeiro, Machado escrevia para o segundo. E o épico Pedro Luiz, autor de **A Sombra de Tiradentes** e da **Ode à Polônia**, planfletário de acentos hugoanos, fazia a reportagem para o terceiro.

"Posto que Bernardo Guimarães fosse mais velho que nós, diz o autor de **Braz Cubas**, partimos Irmamente o pão da intimidade. Descíamos juntos aquela praça da Aclamação... às vezes íamos jantar a um restaurante da Rua dos Latoeiros, nome este que se lhe deu por indicação justamente do **Diário do Rio**... Pedro Luiz não tinha apenas a paixão que pôs nos versos à Polônia... mas ainda a graça, o sarcasmo, a observação fina e aquele largo riso em que os grandes olhos se faziam maiores. Bernardo Guimarães não falava nem ria tanto, incumbia-se de pontuar o diálogo com um bom dito, um reparo, uma anedota. O Senado não se prestava mais do que o resto do mundo à conversação dos três amigos".

D. Pedro I, na Fala da instalação da Assembléia-Geral, em 1826, disse que o Senador deveria representar a um só tempo sua província e o Brasil. Num sistema unitário de governo essa definição soava como justificativa da eleição, e escolha pelo Soberano, de candidatos que mal conheciam e nunca tinham visto as províncias que lhes cabia representar.

A descentralização política, com a proclamação da República Federativa, deu nova estrutura e nova significação ao Senado, que passou a ser paritário. Com isso os Estados menores contrabalançam o poder dos grandes e protegem-se melhor das pretensões hegemônicas no plano regional. Por outro lado, o Poder Executivo, atacado de gigantismo, e o poderio do seu chefe no presidencialismo, têm na paridade um corretivo,

pelo menos teoricamente, porque em regime de exceção o desequilíbrio é fatal e permanente, primando a força sobre o direito e a vontade dos que exercem o governo sobre as garantias da liberdade.

Mas a história republicana nos oferece numerosos exemplos em que o Senado paritário limitou o Poder do Executivo, que contava quase sempre com maiorias disciplinadas na outra Câmara.

* * *

A esta altura de meu discurso, Sr. Presidente Magalhães Pinto, sinto que chegou a hora de concluir. Tenho a ilusão, por força do hábito, de que já fui advertido por V. Ex^a por haver excedido de 10 minutos a hora regimental.

Não quero terminar, entretanto, sem dizer, Senhoras e Senhores, que o papel da imprensa escrita ganha relevo especial quando se restringe a propaganda eleitoral no rádio e na televisão, como acontece agora. Imensa é a responsabilidade dos jornais, agora mais que nunca, na divulgação e apreciação da ação das duas Câmaras políticas. É preciso fazer ecoar, amplificar, a voz das lideranças partidárias, ora afastadas do vídeo e do microfone.

Não há o que temer da Oposição, desde que ela se mantenha na rota da legalidade e longe da subversão, o que tem sido, aliás, sua linha de conduta. Imprensa livre e Oposição garantida são imprescindíveis à autenticidade, ao vigor e à eficácia da representação nacional.

Governo sem Oposição corrompe-se; sem liberdade de imprensa, apodrece. Arruína-se de baixo para cima, do quarto escalão para o terceiro, do terceiro para o segundo. É como a praga que se insinua pela raiz, em certas árvores. Começa por baixo e sobe com a seiva aos ramos, contaminando a floração, e comunica-se logo aos frutos. Ao fim e ao cabo, a árvore seca; a seiva não nutre mais e em vão o sol aquece, para sazonar, os pomos. A morte por caquexia é o fim desse ciclo fatal, até que o pau velho seja decepado pelo lenhador.

Nossos votos são para que a Associação Brasileira de Imprensa, a gloriosa ABI — que Herbert Moses soube engrandecer e robustecer, sem afastá-la da trilha marcada pelos seus presidentes pioneiros, Gustavo Lacerda e Dunschee de Abranches —, encontre, nestes tempos difíceis, sem covardia e sem temeridade, sem radicalismo e sem temor, eqüidistante dos Partidos, mas medularmente democrática, o caminho certo para que se resguarde a instituição da imprensa livre, sem a qual as Casas do Parlamento se estiolam, não podendo exercer plenamente suas funções.

Para que a ABI não traia sua missão nesta hora, terá de ser uma casa sábia, como deve ser o Senado: fiel à democracia, mas infensa a todas as formas de extremismo; leal, acima de tudo, à imprensa, à liberdade e ao Brasil.